



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2021
CÓD. CIDADES CONTRATAÇÕES: 2021.067E0600005.17.0001

A **Prefeitura Municipal de São Mateus**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Alberto Sartório, 400 - Bairro Carapina, inscrita no CNPJ sob n.º 27.167.477/0001-12, representada neste ato pelo Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Francisco Pereira Pinto, no uso de suas prerrogativas legais, torna público para conhecimento dos interessados, que a **Secretaria Municipal de Finanças**, está realizando Chamada Pública para **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, SEM QUALQUER EXCLUSIVIDADE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS, TAXAS, DÍVIDA ATIVA E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS DEVIDAS À MUNICIPALIDADE, ATRAVÉS DE DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL – DAM, EM PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS**, conforme relacionados no Anexo I do presente Edital, de acordo com o **Processo nº 9219/2021** que será realizada pela Comissão Especial de Licitação, designados pela **Portaria nº 032/2021**, em conformidade com a Lei nº 8.080/90, no que couber, com as normas da Lei nº 8.666/93 e princípios gerais da administração pública.

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente, o **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, SEM QUALQUER EXCLUSIVIDADE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS, TAXAS, DÍVIDA ATIVA E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS DEVIDAS À MUNICIPALIDADE, ATRAVÉS DE DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL – DAM, EM PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS.**

1.2. Somente poderão participar deste credenciamento empresas legalmente constituídas e integradas por profissionais habilitados a desenvolver os serviços objeto do presente.

2. DO TERMO DE REFERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA:

2.1. A dotação orçamentária consta do orçamento municipal para o exercício de 2021, sob a seguinte classificação:

- ÓRGÃO: 0060 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
- UNIDADE: 006010 – Secretaria Municipal de Finanças
- FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO
- SUBFUNÇÃO: 123 – Administração Financeira
- PROGRAMA: 0095 – APOIO ADMINISTRATIVO – Sec. Finanças
- Atividade/Projeto: 2.001 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria
- Elemento de Despesa: 33903900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
- FONTE DE RECURSO: 10010000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
- FICHA: 0000052

3. DA DATA, LOCAL E HORA PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES:

3.1. O recebimento dos envelopes referentes ao Credenciamento dar-se-á no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de São Mateus, no endereço acima, no período de **20/08/2021 à 14/09/2021**, das 08:00 às 17:00 horas.

3.1.1. Em nenhuma hipótese serão recebidos quaisquer envelopes fora do prazo estabelecido neste edital.

3.2. Os licitantes deverão entregar no entretempo definido no subitem 3.1, deste edital, o Envelope de Credenciamento, devidamente lacrado, contendo na parte externa, as seguintes informações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

ENVELOPE CREDENCIAMENTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS/ES
AT. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL COMPLETA:
CNPJ (MF) Nº:
CREDCIAMENTO Nº 002/2021

3.3. O Envelope nº 01 – CREDENCIAMENTO, deverá conter as informações/documentos exigidos no item 6 deste Edital.

4. DA DATA, LOCAL E HORA PARA ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. Os envelopes serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitação e a sua abertura será em sessão pública que será divulgada nos meios de comunicação oficial do município em ate dois dias úteis após o recebimento dos envelopes.

5. DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO AO CREDENCIAMENTO:

5.1. As instituições financeiras poderão se habilitar ao credenciamento para prestação de serviços de arrecadação das receitas municipais em nome e por conta do Município de São Mateus, nos termos do presente Termo de Referência e legislação vigente, que satisfaçam as seguintes condições:

- I. Estejam autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e preencherem todos os requisitos exigidos neste Termo de Referência;
- II. Não apresentem débito junto à Fazenda Municipal e não sejam omissas no cumprimento de suas obrigações tributárias;
- III. Apresentem as seguintes documentações:
 - a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da ata da Assembleia que elegeu a atual diretoria;
 - b) Autorização de registro ou de funcionamento no país expedido pelo Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
 - c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicilio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do contratual;
 - e) Prova de regularidade fiscal quanto à dívida ativa da União;
 - f) Prova de regularidade fiscal quanto à quitação de tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal;
 - g) Prova de regularidade fiscal quanto ao débito municipal do domicilio ou sede da proponente, ou equivalente, na forma da Lei;
 - h) Prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social;
 - i) Prova de regularidade fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
 - j) Prova de regularidade fiscal quanto à Fazenda Pública Estadual;
 - k) Prova de regularidade quanto a débitos trabalhistas;
 - l) Declaração de que cumpre as disposições do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
 - m) Indicação do representante legal da proponente, com a respectiva documentação (procuração ou documento equivalente, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, Inscrição no Registro Geral do Instituto de Identificação – Carteira de Identidade), para praticar todos os atos necessários em nome da instituição financeira, em todas as etapas deste Credenciamento e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do Contrato de Prestação de Serviços.

- 5.2. A solicitação de credenciamento poderá ser feita até o dia.....do mês de..... de 2021, por meio de ofício encaminhado à Gerência de Licitações da Prefeitura de São Mateus, em papel timbrado e protocolado junto ao Protocolo Geral da Prefeitura, localizado à Rua Alberto Sartório, nº 404, Bairro Carapina, CEP 29.933-060 – São Mateus (ES), com os documentos previstos no inciso III do item 3.1 e com informação de e-mail para envio do contrato de prestação de serviços a ser assinado;
- 5.3. Os documentos necessários para o Credenciamento poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou publicação em órgão de imprensa oficial, ou autenticada por servidor público do Município.
- 5.4. **É vedada a participação de:**
 - 5.4.1. empresas que apresentem entre seus sócios, gerentes, diretores ou responsáveis técnicos, qualquer servidor público do Município de São Mateus;
 - 5.4.2. consórcio de empresas;
 - 5.4.3. empresas que não estiverem legalmente constituídas e que não comprovarem sua habilitação, conforme disposto neste Edital.
- 5.5. Não serão admitidas à participação nesta Licitação de empresas que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública; que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão público; ou que se subsumem as disposições dos art's. 9º e inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93.
- 5.6. **Não será permitida a participação de empresas que não prestem os tipos de exames previstos neste edital.**
- 5.7. Não serão considerados os envelopes apresentados após a hora e data convencionadas para o recebimento dos mesmos, bem como as propostas enviadas por correio, fax ou e-mail.

6. ENVELOPE Nº 01 – CREDENCIAMENTO:

- 6.1. **Para habilitar-se ao Credenciamento, a interessada deverá requerê-lo mediante Carta-Proposta/Solicitação de Credenciamento**, digitada, sem emendas, rasuras e entrelinhas, preferencialmente em papel timbrado da proponente, **devidamente assinada e carimbada, com firma reconhecida**, conforme modelo constante do Anexo 02, acompanhada da documentação exigida nos subitens 6.3.1, 6.3.2, 6.3.3 e 6.3.4, deste edital. **A REFERIDA CARTA DE CREDENCIAMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE JUNTO DO ENVELOPE, APARTADO AO MESMO.**
- 6.2. Cada empresa interessada poderá ter apenas um representante oficial no presente certame licitatório, que poderá ser um dos dirigentes contratuais ou outra pessoa física habilitada, mediante apresentação de **INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO PÚBLICO ou DE CREDENCIAMENTO, com firma reconhecida**, conforme demonstrado no Anexo 03 – Modelo da Carta Credencial, deste edital, com poderes para tratar de assuntos pertinentes ao certame licitatório, como, usar a palavra, rubricar documentos, apresentar contestações ou recursos e assinar a ata, entre outros, **acompanhado de qualquer documento de identidade emitido**, para promover sua identificação.
- 6.3. As interessadas deverão apresentar no **Envelope Credenciamento**, os documentos abaixo enumerados:
 - 6.3.1. **DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
 - a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, ou Registro Comercial no caso de empresa individual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- b) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.3.2.Documentos necessários a regularidade fiscal:

- a) Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – Cartão do CNPJ;
- b) Comprovação de regularidade para com a Fazenda Nacional - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, válida na data de abertura dos envelopes de Credenciamento;
- c) Comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual - Certidão Negativa de Débitos Estadual, relativo ao estado onde está localizada a sede da interessada, válida na data de abertura dos envelopes de Credenciamento;
- d) Comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal - Certidão Negativa de Débitos Municipal, relativo ao Município onde está localizada a sede da interessada, válida na data de abertura dos envelopes de Credenciamento;
- e) Comprovação de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - Certidão Negativa de Débito do INSS, válida na data abertura dos envelopes de Credenciamento;
- f) Prova de regularidade com o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF do FGTS, válida na data de abertura dos envelopes de Credenciamento;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011, válida na data de abertura dos envelopes de Credenciamento.

6.3.3.DOCUMENTOS DE EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL:

- a) Declaração da interessada, datada e assinada, de que não existe superveniência de fato impeditivo de sua habilitação, e que aceita todas as exigências do Presente Edital, bem como se submete a todas as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, conforme Anexo 1;
- b) Declaração da interessada, datada e assinada, que não possui em seu quadro funcional, menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de quatorze anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz. (Inciso XXXIII do artigo 7º da CF/88 e Lei nº. 9.854, de 27/10/1999), conforme Anexo 4;

6.4. Os documentos solicitados para o credenciamento devem ser apresentados em original, ou por meio de fotocópia autenticada por tabelião de nota, em Cartório competente ou por autenticação direta pela Comissão Permanente de Licitação até um dia útil antes da abertura dos envelopes.

6.5. Caso as provas de regularidade expedidas pelas Fazendas Públicas Estaduais e Municipais não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do conhecimento da Comissão, considerar-se-ão como máximos os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e no Município de São Mateus, que são de 90 (noventa) e 30 (trinta) dias consecutivos, respectivamente.

6.6. Para efeito de apresentação dos documentos mencionados no item 6.3, não serão aceitos quaisquer protocolos.

6.7. As Provas de Regularidade deverão conter o mesmo CNPJ do Ato Constitutivo, Contrato Social, Estatuto ou Registro Comercial, apresentado pela proponente no envelope de Credenciamento.

6.7.1.Figuram como exceções as Certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa Matriz quanto as Filiais (INSS e PGFN/RECEITA FEDERAL).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

7. DOS PREÇOS:

7.1. O Município pagará às Instituições Credenciadas pela prestação dos serviços os seguintes valores unitários, para o período de 12 (doze) meses de credenciamento:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
01	Recebimento de documentos de arrecadação municipal no guichê de caixa .	R\$2,00
02	Recebimento de documentos de arrecadação municipal via internet .	R\$1,00
03	Recebimento de documentos de arrecadação municipal via terminal de autoatendimento/caixa eletrônico	R\$1,50
04	Recebimento de documentos de arrecadação municipal em lotéricas ou correspondentes bancários .	R\$2,00
05	Recebimento de documentos de arrecadação municipal via PIX, com uso de QR Code	R\$0,90

7.2. A instituição financeira interessada em aderir ao credenciamento, poderá optar pelos canais de atendimento de seu interesse, desde que sua proposta de preços não ultrapasse os valores indicados no item 8.1, sob pena de não credenciamento. **Poderá, ainda, ofertar proposta com preços menores aos indicados;**

7.3. Os valores constantes no presente Termo de Referência foram definidos pela Secretaria Municipal de Finanças, após pesquisa de preços realizada;

7.4. Em caso de prorrogação de contrato, os preços serão reajustados a cada período de 12 (doze) meses pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar;

7.5. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de dotações próprias da Secretaria Municipal de Finanças.

8. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

8.1. A instituição credenciada prestará serviços de recebimento de contas, tributos e demais receitas municipais de acordo com as estipulações no presente Termo de Referência.

8.1.1. A prestação dos serviços de arrecadação, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, repasse dos valores arrecadados, com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados em favor do Município, serão realizadas pela instituição financeira, por suas subsidiárias, agências bancárias e postos de serviços, existentes ou a serem criados.

8.1.2. A instituição credenciada não está autorizada a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário ou de terceiros, para quitação dos documentos de arrecadação.

8.1.3. Em caso de credenciamento de mais de uma instituição financeira, o serviços será prestado por todas as instituições financeiras que manifestarem interesse e cumprirem as exigências constantes do edital, sem qualquer exclusividade (conforme item 1. Do Termo de Referência “Da descrição do Objeto”, através da assinatura do Termo de Credenciamento/Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

8.2. QUANTO A FORMA DE DESIGNAÇÃO DO SERVIÇO:

8.2.1. O serviço será prestado por todas as instituições financeiras que manifestarem interesse e cumprirem as exigências constantes do edital, **sem qualquer exclusividade (conforme item 1. do Termo de Referência “Da Descrição do Objeto”)**, através da assinatura do Termo de Credenciamento/Contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO CREDENCIADA:

- I. Receber tributos e demais receitas municipais somente através de documentos de Arrecadação Municipal (DAM), aprovados pela Secretaria de Finanças, que estejam com todos os campos de informações obrigatórias devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste Credenciamento;
- II. Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do contrato;
- III. Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do Banco, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços/objeto do credenciamento;
- IV. A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica;
- V. A instituição credenciada não poderá, em hipótese alguma, cobrar – qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;
- VI. Autenticar o DAM, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras. Para os recebimentos realizados através de "home/office banking", "Internet" ou qualquer outra modalidade de autoatendimento, o comprovante de pagamento deverá conter todas as informações necessárias à identificação da transação de pagamento;
- VII. Manter os documentos de arrecadação em poder da Instituição arquivados por um período de 180 (cento e oitenta) dias após a aceitação do arquivo magnético. Decorrido este prazo, os documentos poderão ser inutilizados pela Instituição;
- VIII. Prestar informações a respeito de recebimentos efetuados durante o prazo de até 05 (cinco) anos a contar da data de arrecadação do documento, salvo quanto à procedência e veracidade da autenticação mecânica do documento;
- IX. Enviar ao Município, até as 09h00min (nove horas) do dia seguinte, arquivo retorno com os dados da arrecadação do dia anterior, contendo as informações precisas sobre as arrecadações efetuadas através de documentos com código de barras, devidamente conferidos, no padrão estabelecido pela FEBRABAN e de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças;
- X. Efetuar o repasse do produto da arrecadação de tributos e demais receitas, através do crédito em conta específica de arrecadação, informada pela Secretaria de Finanças, até o segundo dia útil após a arrecadação;
- XI. Regularizar ou justificar em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação pela Secretaria de Finanças, as inconsistências ou erros identificados nos arquivos retorno da arrecadação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- XII.** Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto do credenciamento, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;
- XIII.** Centralizar o produto da arrecadação de suas diversas agências e agentes arrecadadores em uma agência centralizadora, para efeito de simplificação das relações da instituição credenciada com a Secretaria Municipal de Finanças;
- XIV.** Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.
- XV.** Apresentar mensalmente ao Município prestação de contas, por meio de documento com a discriminação dos serviços prestados no mês anterior, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços e o respectivo pagamento das tarifas pelo Município;
- XVI.** Responder, integralmente por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura Municipal de São Mateus (ES) ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeito;
- XVII.** Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;
- XVIII.** Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada durante a prestação dos serviços;
- XIX.** Não se utilizar de trabalho de menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XX.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- XXI.** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no cumprimento das obrigações do contrato, ficando, ainda, a Administração isenta de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;

9.1. É vedado à instituição credenciada:

- I.** Proceder ao cancelamento e estorno de documento já autenticado. Em caso de autenticação indevida por qualquer motivo, após o repasse do crédito do valor do documento autenticado indevidamente, a instituição credenciada poderá solicitar por meio de requerimento direcionado à Secretaria Municipal de Finanças, devidamente protocolado no Setor de Protocolo, a restituição do valor creditado indevidamente em decorrência de erro de autenticação.

10. DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO:

- 10.1.** Na data, hora e local, designados em publicação a posterior, na presença dos interessados e demais pessoas presentes a sessão, a Comissão Permanente de Licitação – CPL/FMS, de posse dos envelopes de credenciamento, devidamente lacrados e identificados, procederá à



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

sua abertura, e os documentos para pré-qualificação serão examinados e rubricados por todos os presentes.

- 10.2. A Comissão inabilitará as empresas que deixarem de apresentar quaisquer documentos exigidos neste Edital, bem como as que apresentarem documentos vencidos ou que não satisfaçam os requisitos legais.
- 10.3. Poderão ser convocados servidores do Município de São Mateus e/ou profissionais de reconhecida capacidade técnica, ligados ou não ao Poder Executivo do Município de São Mateus, desde que não vinculados direta ou indiretamente a quaisquer das proponentes, para assessorar a Comissão no procedimento e no julgamento da documentação.
- 10.4. Fica facultado à CPL, o direito de solicitar esclarecimentos, proceder a buscas, diligências e extrair certidões para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados e para fins de obtenção das certidões correspondentes atualizadas, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, objetivando elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente do Envelope Credenciamento.
- 10.5. Estará sujeita à desclassificação, a interessada que apresentar documentos em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital, além de incorrer nas sanções previstas neste Edital, concomitantemente com legislações específicas.
- 10.6. Da reunião de abertura dos envelopes de credenciamento, será lavrada ata circunstanciada, que deverá ser assinada pelos membros da CPL e demais presentes, que mencionará todas as proponentes, as reclamações porventura feitas e demais ocorrências que interessarem ao julgamento deste credenciamento. As interessadas que estiverem ausentes serão devidamente notificadas do resultado da reunião, na forma da lei.
- 10.7. Qualquer interessada, através de seu representante legal, poderá fazer constar em ata seus reclames, ficando a critério da CPL, considerá-los ou não, todavia, não possuindo efeito de recurso, que tem seu próprio procedimento.
- 10.8. Somente poderão rubricar documentos, tomar quaisquer decisões em nome das proponentes e assinarem a ata, os representantes que comprovarem tal condição, por intermédio de documento próprio.
- 10.9. Caso a Comissão julgue conveniente, a seu exclusivo critério, poderá suspender a reunião a fim de que tenha melhores condições para analisar a documentação apresentada, sendo que o resultado desta fase, das empresas habilitadas/inabilitadas, será divulgado através do Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. A partir da data de publicação se iniciará o prazo para interposição de recurso, conforme previsto pela lei.
- 10.10. O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer tempo, se porventura a CPL, vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital ou que desabonem a idoneidade da proponente.
- 10.11. A entrega da documentação, por parte da interessada, implica na aceitação de todas as condições expressas no presente Edital, seus anexos e legislação pertinente.

11. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO:

11.1. Todas as interessadas que preencherem os requisitos deste edital terão suas propostas de credenciamento acatadas sendo submetidas à autoridade competente para deliberação quanto a sua homologação e adjudicação, e posteriormente realização do(s) termo(s) de Contrato, de acordo com a minuta, **constante do Anexo 5**, o qual será(ão) submetido(s) ao(s) adjudicatário(s) para assinatura.

12. DA ASSINATURA DO CONTRATO:

- 12.1. Homologada a licitação, a PMSM, por intermédio do **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**, convocará a(s) licitante(s) credenciada(s) para assinar (em) o respectivo instrumento contratual, no prazo de 03 (três) dias úteis após a sua retirada.
- 12.2. No caso da(s) credenciada(s), não atender (em) a exigência no prazo estabelecido, aplicar-se-á as sanções previstas no art. 81 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

12.3. O presente contrato poderá ser prorrogado desde que haja interesse das partes, bem como poderá ser rescindido antes de expirado o prazo de vigência, sem que caiba a credenciada qualquer direito a indenização.

13. DOS PRAZOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

13.1. O contrato será de 12 meses e terá vigência a contar de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, mediante interesse ou necessidade da Administração.

14. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

14.1. A prestação de serviços de arrecadação será acompanhada e fiscalizada por 02 (dois) servidores da Secretaria Municipal de Finanças, sendo um servidor fiscal titular e outro fiscal suplente, indicados no contrato;

14.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da instituição credenciada por qualquer inconsistência;

15. DAS ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

ITEM	RECEITA	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA
01	IPTU	PARCELA ÚNICA OU 03 PARCELAS	38.000
02	ISSQN	PARCELA ÚNICA MENSAL	10.000
03	ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO	PARCELA ÚNICA ANUAL	8.000
04	ITBI	PARCELA ÚNICA/ EVENTO	500
05	PARCELAMENTO DE DÉBITO	ATÉ 12 PARCELAS ANUAIS	1.000
06	TAXAS DIVERSAS	PARCELA ÚNICA/ EVENTO	11.000
	TOTAL ESTIMADO	-----	68.500
	MÉDIA MENSAL ESTIMADA	-----	5.700

16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

16.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do edital e do contrato;

16.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

16.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.4. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- 16.5. Atestar as faturas, comprovando a realização dos serviços solicitados;
- 16.6. Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais;
- 16.7. Fornecer à contratada todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do contrato;
- 16.8. Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;
- 16.9. Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizado na transmissão eletrônica de dados;
- 16.10. Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;
- 16.11. Remunerar a contratada pelos serviços efetivamente prestados, por meio de crédito na conta informada pela instituição, pelo valor constante na fatura/demonstrativo apresentado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da fatura/demonstrativo;
- 16.12. Colocar à disposição dos contribuintes a(s) informação(ões) necessária(s) para que estes possam efetuar seus pagamentos, divulgando no site do Município a relação das instituições credenciadas.

17. DO DESCREDENCIAMENTO:

- 17.1. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste regulamento, bem como nas Leis Federais n.º. 8.666/93 e n.º. 8.080/90 ensejará o descredenciamento da contratada.
- 17.2. A contratada poderá requerer seu descredenciamento, por meio de documento formal endereçado à Secretaria de Finanças de São Mateus, via protocolo, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
- 17.3. O presente edital de credenciamento poderá ser revogado em face de razões de interesse público, mediante decisão fundamentada, por motivo de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 17.4. As credenciadas não terão qualquer direito à indenização em decorrência da anulação/revogação do credenciamento, garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data do ato.
- 17.5. No caso de desfazimento do credenciamento, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- 17.6. A rescisão poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei n.º. 8.666/93, no que couberem com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

18. DA FORMA DE PAGAMENTO:

- 18.1. A instituição contratada se beneficiará das tarifas bancárias cobradas pela arrecadação dos DAM (s) – Documento de Arrecadação Municipal pelos valores indicados no Contrato, através de crédito em conta bancária informada pelo arrecadador, pelo sistema eletrônico de Ordens Bancárias utilizado pelo Município de São Mateus e mediante a devida formalização do processo administrativo, que deverá ser mensalmente contabilizado através de empenhos ordinários.

19. DAS PENALIDADES:

- 19.1. A Contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a prestação dos serviços, sujeitando-se às penalidades constantes nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a saber:
 - a) ADVERTÊNCIA, nos casos de pequenos descumprimentos do Termo de Referência, que não gerem prejuízo para a Prefeitura;
 - b) MULTA POR MORA – 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitado a 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parcela em atraso nos casos de descumprimento do prazo para entrega do(s) produto(s) ou descumprimento do prazo estabelecido no subitem X do item 6, que será calculada pela fórmula $M=0,0033 \times C \times X$



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

D. (Tendo como correspondente: M= valor da multa, C=valor da obrigação e D=número de dias em atraso);

- c) **MULTA DE INADIMPLEMENTO** – 2,0% (dois por cento), incidente sobre o valor global da contratação, pelo atraso superior a 30(trinta) dias ou recusa em fornecer o(s) produto(s), aplicada cumulativamente com a multa estabelecida no item anterior) **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a Prefeitura Municipal de São Mateus (ES) por um período de até 2(dois) anos, nos casos de recusa de fornecer o(s) produto(s);
- d) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou omissão de declaração falsa, por um período de até 2(dois) anos;

19.2. Da aplicação de penalidade caberá recurso, conforme disposto no art.109 da Lei nº 8.666/1993;

19.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Administração após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

19.4. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

19.5. O prazo para apresentação da defesa prévia será de 05(cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra da contagem do prazo estabelecida no art.110 da Lei nº 8.666/1993;

19.6. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade compete exclusivamente ao Prefeito, facultada a defesa do interesse no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

20. DOS RECURSOS:

20.1. Dos atos relacionados a este procedimento licitatório cabem os recursos previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sendo a autoridade competente superior para decidir sobre o recurso ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Finanças, após informações da Comissão Permanente de Licitação.

20.2. Os prazos e as condições para requerer **IMPUGNAÇÃO** deste Edital são os previstos nos §§§ 1º, 2º e 3º do Art. 41 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

20.3. A manifestação em interpor recurso deverá observar os seguintes critérios:

- a) Ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação, digitados, devidamente fundamentados e, se for o caso, acompanhados de documentação pertinente;
- b) Ser assinado por representante legal da interessada ou procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório;
- c) As razões do recurso deverão ser apresentadas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São Mateus, situada no endereço citado no preâmbulo do Edital.
- d) Se forem apresentados fora do prazo legal, não serão conhecidos.

20.4. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para abertura da sessão, após retificação deste edital.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. O Município poderá determinar a qualquer momento, mediante prévia comunicação às instituições credenciadas, a realização de inspeções e levantamentos, inclusive nas agências



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS Estado do Espírito Santo

- integrantes da rede arrecadadora, para certificação dos procedimentos de processamento e repasse dos recursos arrecadados;
- 21.2.** A instituição credenciada declara conhecer que, conforme norma legal vigente, é proibido o fornecimento a terceiros de qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução do Contrato. Em consequência, se obriga a realizar todos os atos necessários para manter reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes;
- 21.3.** A instituição credenciada assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento de suas obrigações;
- 21.4.** Caso a instituição credenciada não repasse o valor dos pagamentos realizados pelos contribuintes e/ou devedores, assumirá a responsabilidade pelo valor total não repassado, inclusive seus acréscimos legais;
- 21.5.** Ao protocolar o envelope de credenciamento, fica subentendido que a interessada conhece todas as condições estabelecidas no presente edital, e seus anexos.
- 21.6.** A participação neste processo de credenciamento implica na aceitação de todos os termos deste Edital.
- 21.7.** A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo de Credenciamento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido credenciada, a rescisão do pacto, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 21.8.** A CPL solicitará, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, se julgar necessário.
- 21.8.1.** As participantes intimadas a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Presidente da CPL, sob pena de desclassificação.
- 21.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 21.10.** As decisões referentes a este processo de Credenciamento poderão ser comunicadas as proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.
- 21.11.** Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, com base no ordenamento jurídico vigente.
- 21.12.** É facultado à Comissão, ou à autoridade superior, em qualquer fase do processo de credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 21.13.** Poderão ser convidados a colaborar com a Comissão, assessorando-a, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculados direta ou indiretamente a qualquer das proponentes, bem como qualquer outro servidor da Prefeitura Municipal de São Mateus-ES.
- 21.14.** Fica expressamente proibida a Credenciada sob pena de rescisão do contrato firmado, oferecer aos pacientes, portadores de requisições de exames emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde, serviços sob condição de pagamento particular, quando por algum motivo esse serviço estiver suspenso ou não sendo realizado pelo Município de São Mateus.
- 21.15.** A minuta de contrato constante deste edital será ajustada às peculiaridades de cada credenciada, de forma a evidenciar o tipo de cobertura dos serviços credenciados.
- 21.16.** Este Edital será regido pelas regras e princípios publicistas, pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.080/90, Lei nº 8.142/90, com suas alterações, Portarias SAS/MS nº 787 e nº 788, Decreto Federal nº 1.430/2008 do dia 01/02/2008, independente da transcrição das normas vigentes.
- 21.17.** Informações complementares inerentes a este Edital de Credenciamento poderão ser obtidas pelos interessados no Setor de Licitações da PMSM ou através do e-mail: licitacoes@saomateus.es.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS Estado do Espírito Santo

21.18. A CONTRATADA deverá observar e cumprir o disposto na Lei Municipal do Trabalho Seguro nº 1.286/2013, que institui a obrigatoriedade de capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho.

21.19. Fazem parte do presente Edital integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição:

- Anexo 1 - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo;
- Modelo Carta-Proposta/Solicitação de Credenciamento;
- Modelo de Carta Credencial;
- Declaração de Atendimento ao Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
- Minuta do Termo Credenciamento;
- Modelo de Declaração Cumprimento às Obrigações Trabalhistas;
- Termo de Referência.

São Mateus/ES, 19 de agosto de 2021.

FRANCISCO PEREIRA PINTO
Secretário Municipal de Finanças
Decreto nº 12.008/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

CREENCIAMENTO Nº 002/2021

ENDEREÇO:
CNPJ (MF):
TELEFONE:
ENDEREÇO ELETRONICO:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE São Mateus - ES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável legal pela Empresa
....., inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na
Rua/Av, nº.....,
Bairro....., Cidade....., UF....., DECLARA, sob as penas da Lei, que **não existe fato
superveniente impeditivo à habilitação** de nossa empresa, e que aceitamos todas as exigências do
presente Edital, bem como nos submetemos a todas as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas
alterações posteriores.

Por ser verdade, firmamos a presente para que surta os devidos efeitos legais.

LOCAL E DATA

Assinatura Identificável c/ firma reconhecida

(nome do representante legal da empresa devidamente constituído do contrato social)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

ANEXO II

MODELO DE CARTA PROPOSTA/SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nº 002/2021

EMPRESA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ (MF):

TELEFONE:

ENDEREÇO ELETRONICO:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE São Mateus - ES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável legal pela Empresa inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na Rua/Av, nº....., Bairro....., Cidade....., UF....., vem por meio do presente solicitar o seu CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, SEM QUALQUER EXCLUSIVIDADE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS, TAXAS, DÍVIDA ATIVA E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS DEVIDAS À MUNICIPALIDADE, ATRAVÉS DE DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL – DAM, EM PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS, conforme disposto no edital supra citado.

Nesta oportunidade, informamos concordar em prestar os referidos serviços pelos preços fixados na Tabela de Preços, bem como aceitamos todas as condições de pagamento e as exigências do edital em epígrafe.

Nestes termos,

Pede e espera a homologação no referido Credenciamento.

LOCAL E DATA

Assinatura Identificável)

(nome do representante legal da empresa devidamente constituído do contrato social)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

ANEXO III

MODELO DE CARTA CREDENCIAL

CREDENCIAMENTO Nº 002/2021

EMPRESA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ (MF):

TELEFONE:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE São Mateus - ES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável legal pela Empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na Rua/Av, nº....., Bairro....., Cidade....., UF....., vem pela presente, informar a V.Sª, que o(a) Sr.º.(ª), Carteira de Identidade nº é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica acima citada durante a realização do Credenciamento, em epígrafe, podendo para tanto, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

LOCAL E DATA

Assinatura Identificável c/ firma reconhecida)

(nome do representante legal da empresa devidamente constituído do contrato social)

Obs.: Deverá ser apresentado o original da Carteira de Identidade do Credenciado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL CREDENCIAMENTO Nº 002/2021

EMPRESA PROPONENTE:
ENDEREÇO:
CNPJ (MF):
TELEFONE:
ENDEREÇO ELETRONICO:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE São Mateus - ES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável legal pela Empresa
....., inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na Rua/Av
....., nº....., Bairro....., Cidade....., UF....., DECLARA, para os fins do
disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não emprega
menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis)
anos.

Ressalva (**se houver**): empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de
aprendizes.

LOCAL E DATA

Assinatura Identificável)

(nome do representante legal da empresa devidamente constituído do contrato social)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

ANEXO V

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 002/2021

Pelo presente instrumento a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS**, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º **27.167.477/0001-12**, com sede na Rua Alberto Sartório, nº 400, Bairro Carapina, São Mateus - ES, doravante denominado **CRENCIANTE**, neste ato representado por seu Gestor Secretário Municipal de Finanças Sr. **FRANCISCO PEREIRA PINTO**, e a Empresa, doravante denominado simplesmente **CRENCIADA** e, inscrita no CNPJ sob o n.º, estabelecida na, n.º – Bairro.... – São Mateus/ES – CEP.:, neste ato representado por seu sócio administrador Sr., inscrito no CPF(MF) n.º.:, doravante denominada simplesmente **CRENCIADA**, acordam celebrar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. A **CRENCIADA** compromete-se a **PRESTAR SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS, TAXAS, DÍVIDA ATIVA E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS DEVIDAS À MUNICIPALIDADE, ATRAVÉS DE DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL – DAM, EM PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS, CONFORME ROTINA ADOTADA PELA SECRETARIA, OBSERVADOS OS PRAZOS E PROCEDIMENTOS DESCRITOS NESTE CONTRATO.**
- 1.2. A **CRENCIADA** deverá prestar serviços nas condições e preços estabelecidos no Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES

- 2.1. A instituição credenciada prestará serviços de recebimento de contas, tributos e demais receitas municipais de acordo com as estipulações no presente Termo de Referência.
 - 2.1.1. A prestação dos serviços de arrecadação, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, repasse dos valores arrecadados, com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados em favor do Município, serão realizadas pela instituição financeira, por suas subsidiárias, agências bancárias e postos de serviços, existentes ou a serem criados.
 - 2.1.2. A instituição credenciada não está autorizada a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário ou de terceiros, para quitação dos documentos de arrecadação

2.2. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO CREDENCIADA:

- I. Receber tributos e demais receitas municipais somente através de documentos de Arrecadação Municipal (DAM), aprovados pela Secretaria de Finanças, que estejam com todos os campos de informações obrigatórias devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste Credenciamento;
- II. Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do contrato;
- III. Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do Banco, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços/objeto do credenciamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- IV. A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica;
- V. A instituição credenciada não poderá, em hipótese alguma, cobrar – qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;
- VI. Autenticar o DAM, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras. Para os recebimentos realizados através de "home/office banking", "Internet" ou qualquer outra modalidade de autoatendimento, o comprovante de pagamento deverá conter todas as informações necessárias à identificação da transação de pagamento;
- VII. Manter os documentos de arrecadação em poder da Instituição arquivados por um período de 180 (cento e oitenta) dias após a aceitação do arquivo magnético. Decorrido este prazo, os documentos poderão ser inutilizados pela Instituição;
- VIII. Prestar informações a respeito de recebimentos efetuados durante o prazo de até 05 (cinco) anos a contar da data de arrecadação do documento, salvo quanto à procedência e veracidade da autenticação mecânica do documento;
- IX. Enviar ao Município, até as 09h00min (nove horas) do dia seguinte, arquivo retorno com os dados da arrecadação do dia anterior, contendo as informações precisas sobre as arrecadações efetuadas através de documentos com código de barras, devidamente conferidos, no padrão estabelecido pela FEBRABAN e de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças;
- X. Efetuar o repasse do produto da arrecadação de tributos e demais receitas, através do crédito em conta específica de arrecadação, informada pela Secretaria de Finanças, até o segundo dia útil após a arrecadação;
- XI. Regularizar ou justificar em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação pela Secretaria de Finanças, as inconsistências ou erros identificados nos arquivos retorno da arrecadação;
- XII. Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto do credenciamento, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;
- XIII. Centralizar o produto da arrecadação de suas diversas agências e agentes arrecadadores em uma agência centralizadora, para efeito de simplificação das relações da instituição credenciada com a Secretaria Municipal de Finanças;
- XIV. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.
- XV. Apresentar mensalmente ao Município prestação de contas, por meio de documento com a discriminação dos serviços prestados no mês anterior, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços e o respectivo pagamento das tarifas pelo Município;
- XVI. Responder, integralmente por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura Municipal de São Mateus (ES) ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeito;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS Estado do Espírito Santo

- XVII.** Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;
- XVIII.** Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada durante a prestação dos serviços;
- XIX.** Não se utilizar de trabalho de menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XX.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- XXI.** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no cumprimento das obrigações do contrato, ficando, ainda, a Administração isenta de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;

2.2.1. É vedado à instituição credenciada:

- I.** Proceder ao cancelamento e estorno de documento já autenticado. Em caso de autenticação indevida por qualquer motivo, após o repasse do crédito do valor do documento autenticado indevidamente, a instituição credenciada poderá solicitar por meio de requerimento direcionado à Secretaria Municipal de Finanças, devidamente protocolado no Setor de Protocolo, a restituição do valor creditado indevidamente em decorrência de erro de autenticação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

- 4.1.** O contrato será de 12 meses e terá vigência a contar de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, mediante interesse ou necessidade da Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DO VÍNCULO

- 5.1.** É de total responsabilidade da **CRENCIADA** os encargos sociais e tributários pela prestação de serviços à **CRENCIANTE**, bem como obrigações decorrentes deste termo não constituem relação de trabalho, ficando vedado às partes qualquer compromisso que implique em vínculo de emprego. O regime de execução dos serviços é de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1.** A instituição contratada se beneficiará das tarifas bancárias cobradas pela arrecadação dos DAM (s) – Documento de Arrecadação Municipal pelos valores indicados no Contrato, através de crédito em conta bancária informada pelo arrecadador, pelo sistema eletrônico de Ordens Bancárias utilizado pelo Município de São Mateus e mediante a devida formalização do processo administrativo, que deverá ser mensalmente contabilizado através de empenhos ordinários.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- I.** Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do edital e do contrato;
- II.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- III. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- IV. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- V. Atestar as faturas, comprovando a realização dos serviços solicitados;
- VI. Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais;
- VII. Fornecer à contratada todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do contrato;
- VIII. Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;
- IX. Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizado na transmissão eletrônica de dados:
 - X. Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;
- XI. Remunerar a contratada pelos serviços efetivamente prestados, por meio de crédito na conta informada pela instituição, pelo valor constante na fatura/demonstrativo apresentado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da fatura/demonstrativo;
- XII. Colocar à disposição dos contribuintes a(s) informação(ões) necessária(s) para que estes possam efetuar seus pagamentos, divulgando no site do Município a relação das instituições credenciadas.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

- 8.1. A prestação de serviços de arrecadação será acompanhada e fiscalizada por 02 (dois) servidores da Secretaria Municipal de Finanças, sendo um servidor fiscal titular e outro fiscal suplente, indicados no contrato;
- 8.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da instituição credenciada por qualquer inconsistência.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1. A Contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a prestação dos serviços, sujeitando-se às penalidades constantes nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a saber:
 - a) ADVERTÊNCIA, nos casos de pequenos descumprimentos do Termo de Referência, que não gerem prejuízo para a Prefeitura;
 - b) MULTA POR MORA – 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitado a 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parcela em atraso nos casos de descumprimento do prazo para entrega do(s) produto(s) ou descumprimento do prazo estabelecido no subitem X do item 6, que será calculada pela fórmula $M=0,0033 \times C \times D$. (Tendo como correspondente: M= valor da multa, C=valor da obrigação e D=número de dias em atraso);
 - c) MULTA DE INADIMPLEMENTO – 2,0% (dois por cento), incidente sobre o valor global da contratação, pelo atraso superior a 30(trinta) dias ou recusa em fornecer o(s) produto(s), aplicada cumulativamente com a multa estabelecida no item anterior)
- SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR com a Prefeitura Municipal de São Mateus (ES) por um período de até 2(dois) anos, nos casos de recusa de fornecer o(s) produto(s);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- d) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou omissão de declaração falsa, por um período de até 2(dois) anos;
- 9.2. Da aplicação de penalidade caberá recurso, conforme disposto no art.109 da Lei nº 8.666/1993;
- 9.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Administração após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;
- 9.4. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- 9.5. O prazo para apresentação da defesa prévia será de 05(cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra da contagem do prazo estabelecida no art.110 da Lei nº 8.666/1993;
- 9.6. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade compete exclusivamente ao Prefeito, facultada a defesa do interesse no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação
- 9.7. A **CREDENCIADA**, ainda estará sujeita a indenizar por perdas e danos, que por sua culpa, na prestação dos serviços contratados, cause prejuízos aos usuários da rede pública municipal de saúde, ao FMS ou a terceiros de acordo com o Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

- 10.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.
- 10.2. Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 30 (trinta) dias pelo interessado;
- 10.3. Unilateralmente pela **CREDENCIANTE**, em qualquer tempo, independentemente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a **CREDENCIADA**:
- a) ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste termo de credenciamento, ou deleguem a outros as incumbências as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da **CREDENCIANTE**;
 - b) venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços;
 - c) quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade para dar execução satisfatória ao Termo de Credenciamento;
 - d) venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução;
 - e) quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na lei 8.666/93 e alterações.
- 10.4. Havendo rescisão do termo de credenciamento, a **CREDENCIANTE** pagará a **CREDENCIADA**, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela fiscalização, no valor avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

- 11.1. **DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS** - As despesas decorrentes da execução dos serviços ora contratados serão atendidas pela rubrica abaixo, ou sua substitutiva:
- ÓRGÃO: 0060 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
 - UNIDADE: 006010 – Secretaria Municipal de Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS Estado do Espírito Santo

- FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO
- SUBFUNÇÃO: 123 – Administração Financeira
- PROGRAMA: 0095 – APOIO ADMINISTRATIVO – Sec. Finanças
- Atividade/Projeto: 2.001 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria
- Elemento de Despesa: 33903900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
- FONTE DE RECURSO: 10010000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
- FICHA: 0000053

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. DO FORO

- 12.1.1. As partes elegem o Foro de São Mateus (ES) para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

São Mateus/ES, xx de xx de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO MATEUS-ES CREDENCIANTE

Francisco Pereira Pinto
Secretário Municipal de Finanças

Empresa
CREDENCIADA
Nome
Cargo

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF(MF): _____

Nome: _____
CPF(MF): _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Eu, _____ (NOME COMPLETO), representante legal da Empresa _____(NOME DA EMPRESA), declaro, sob as penas da Lei, que os funcionários envolvidos na prestação de serviços, objeto do Contrato nº _____ foram devidamente remunerados conforme estabelecido na CTPS, bem como que foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas estabelecidas na Convenção Coletiva da Categoria e na legislação trabalhista nacional.

Declaro, ainda, que neste mês de (INDICAR O MÊS), não há nenhum funcionário, envolvido na prestação de serviços, em aviso prévio (se houver, indicar), demitido por justa causa/sem justa causa (se houver, indicar, listando, inclusive, os valores pagos a título de rescisão contratual e juntar comprovantes de depósito) ou que pediu rescisão do contrato de trabalho (se houver, indicar, listando, inclusive, os valores pagos a título de rescisão contratual e juntar comprovantes de depósito).

São Mateus, ____ de _____ de 2021.

REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

ANEXO VII TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERENCIA PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS – CHAMAMENTO PÚBLICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

1. DA DESCRIÇÃO DO(S) OBJETO(S)

1.1. O objeto do presente termo é o credenciamento de instituições financeiras, sem qualquer exclusividade, para prestação de serviços bancários de recolhimento de impostos, taxas, dívida ativa e demais receitas públicas devidas à municipalidade, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Manutenção das atividades arrecadoras da Secretaria Municipal de Finanças, visando à facilitação do processo de entrada de receitas e ao melhor atendimento aos contribuintes, e consequentemente, a diminuição dos inadimplementos.

3. DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO AO CREDENCIAMENTO

3.1. As instituições financeiras poderão se habilitar ao credenciamento para prestação de serviços de arrecadação das receitas municipais em nome e por conta do Município de São Mateus, nos termos do presente Termo de Referência e legislação vigente, que satisfaçam as seguintes condições:

- I. Estejam autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e preencherem todos os requisitos exigidos neste Termo de Referência;
- II. Não apresentem débito junto à Fazenda Municipal e não sejam omissas no cumprimento de suas obrigações tributárias;
- III. Apresentem as seguintes documentações:
 - a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da ata da Assembleia que elegeu a atual diretoria;
 - b) Autorização de registro ou de funcionamento no país expedido pelo Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
 - c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do contratual;
 - e) Prova de regularidade fiscal quanto à dívida ativa da União;
 - f) Prova de regularidade fiscal quanto à quitação de tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal;
 - g) Prova de regularidade fiscal quanto ao débito municipal do domicílio ou sede da proponente, ou equivalente, na forma da Lei;
 - h) Prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social;
 - i) Prova de regularidade fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
 - j) Prova de regularidade fiscal quanto à Fazenda Pública Estadual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS Estado do Espírito Santo

- k) Prova de regularidade quanto a débitos trabalhistas;
- l) Declaração de que cumpre as disposições do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- m) Indicação do representante legal da proponente, com a respectiva documentação (procuração ou documento equivalente, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, Inscrição no Registro Geral do Instituto de Identificação – Carteira de Identidade), para praticar todos os atos necessários em nome da instituição financeira, em todas as etapas deste Credenciamento e para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do Contrato de Prestação de Serviços.

3.2. A solicitação de credenciamento poderá ser feita até o dia.....do mês de..... de 2021, por meio de ofício encaminhado à Gerência de Licitações da Prefeitura de São Mateus, em papel timbrado e protocolado junto ao Protocolo Geral da Prefeitura, localizado à Rua Alberto Sartório, nº 404, Bairro Carapina, CEP 29.933-060 – São Mateus (ES), com os documentos previstos no inciso III do item 3.1 e com informação de e-mail para envio do contrato de prestação de serviços a ser assinado;

3.3. Os documentos necessários para o Credenciamento poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou publicação em órgão de imprensa oficial, ou autenticada por servidor público do Município.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES (quantidades estimadas)

ITEM	RECEITA	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA
01	IPTU	PARCELA ÚNICA OU 03 PARCELAS	38.000
02	ISSQN	PARCELA ÚNICA MENSAL	10.000
03	ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO	PARCELA ÚNICA ANUAL	8.000
04	ITBI	PARCELA ÚNICA/ EVENTO	500
05	PARCELAMENTO DE DÉBITO	ATÉ 12 PARCELAS ANUAIS	1.000
06	TAXAS DIVERSAS	PARCELA ÚNICA/ EVENTO	11.000
	TOTAL ESTIMADO	-----	68.500
	MÉDIA MENSAL ESTIMADA	-----	5.700



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

5. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

5.1. A instituição credenciada prestará serviços de recebimento de contas, tributos e demais receitas municipais de acordo com as estipulações no presente Termo de Referência. ´

5.1.1. A prestação dos serviços de arrecadação, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, repasse dos valores arrecadados, com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados em favor do Município, serão realizadas pela instituição financeira, por suas subsidiárias, agências bancárias e postos de serviços, existentes ou a serem criados.

5.1.2. A instituição credenciada não está autorizada a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário ou de terceiros, para quitação dos documentos de arrecadação.

6. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO CREDENCIADA:

- I. Receber tributos e demais receitas municipais somente através de documentos de Arrecadação Municipal (DAM), aprovados pela Secretaria de Finanças, que estejam com todos os campos de informações obrigatórias devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste Credenciamento;
- II. Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do contrato;
- III. Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do Banco, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços/objeto do credenciamento;
- IV. A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica;
- V. A instituição credenciada não poderá, em hipótese alguma, cobrar – qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;
- VI. Autenticar o DAM, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras. Para os recebimentos realizados através de "home/office banking", "Internet" ou qualquer outra modalidade de autoatendimento, o comprovante de pagamento deverá conter todas as informações necessárias à identificação da transação de pagamento;
- VII. Manter os documentos de arrecadação em poder da Instituição arquivados por um período de 180 (cento e oitenta) dias após a aceitação do arquivo magnético. Decorrido este prazo, os documentos poderão ser inutilizados pela Instituição;
- VIII. Prestar informações a respeito de recebimentos efetuados durante o prazo de até 05 (cinco) anos a contar da data de arrecadação do documento, salvo quanto à procedência e veracidade da autenticação mecânica do documento;
- IX. Enviar ao Município, até as 09h00min (nove horas) do dia seguinte, arquivo retorno com os dados da arrecadação do dia anterior, contendo as informações precisas sobre as arrecadações efetuadas através de documentos com código de barras, devidamente conferidos, no padrão estabelecido pela FEBRABAN e de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- X. Efetuar o repasse do produto da arrecadação de tributos e demais receitas, através do crédito em conta específica de arrecadação, informada pela Secretaria de Finanças, até o segundo dia útil após a arrecadação;
- XI. Regularizar ou justificar em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação pela Secretaria de Finanças, as inconsistências ou erros identificados nos arquivos retorno da arrecadação;
- XII. Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto do credenciamento, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;
- XIII. Centralizar o produto da arrecadação de suas diversas agências e agentes arrecadadores em uma agência centralizadora, para efeito de simplificação das relações da instituição credenciada com a Secretaria Municipal de Finanças;
- XIV. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.
- XV. Apresentar mensalmente ao Município prestação de contas, por meio de documento com a discriminação dos serviços prestados no mês anterior, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços e o respectivo pagamento das tarifas pelo Município;
- XVI. Responder, integralmente por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura Municipal de São Mateus (ES) ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeito;
- XVII. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;
- XVIII. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada durante a prestação dos serviços;
- XIX. Não se utilizar de trabalho de menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XX. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- XXI. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no cumprimento das obrigações do contrato, ficando, ainda, a Administração isenta de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;

6.1. É vedado à instituição credenciada:

- I. Proceder ao cancelamento e estorno de documento já autenticado. Em caso de autenticação indevida por qualquer motivo, após o repasse do crédito do valor do documento autenticado indevidamente, a instituição credenciada poderá solicitar por meio de requerimento direcionado à Secretaria Municipal de Finanças, devidamente protocolado no Setor de Protocolo, a restituição do valor creditado indevidamente em decorrência de erro de autenticação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS Estado do Espírito Santo

7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

- I. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do edital e do contrato;
- II. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- III. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- IV. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- V. Atestar as faturas, comprovando a realização dos serviços solicitados;
- VI. Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais;
- VII. Fornecer à contratada todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do contrato;
- VIII. Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;
- IX. Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizado na transmissão eletrônica de dados;
- X. Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;
- XI. Remunerar a contratada pelos serviços efetivamente prestados, por meio de crédito na conta informada pela instituição, pelo valor constante na fatura/demonstrativo apresentado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da fatura/demonstrativo;
- XII. Colocar à disposição dos contribuintes a(s) informação(ões) necessária(s) para que estes possam efetuar seus pagamentos, divulgando no site do Município a relação das instituições credenciadas.

8. DOS PREÇOS DAS TARIFAS PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1. O Município pagará às Instituições Credenciadas pela prestação dos serviços os seguintes valores unitários, para o período de 12 (doze) meses de credenciamento:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
01	Recebimento de documentos de arrecadação municipal no guichê de caixa .	R\$2,00
02	Recebimento de documentos de arrecadação municipal via internet .	R\$1,00
03	Recebimento de documentos de arrecadação municipal via terminal de autoatendimento/caixa eletrônico	R\$1,50
04	Recebimento de documentos de arrecadação municipal em lotéricas ou correspondentes bancários .	R\$2,00
05	Recebimento de documentos de arrecadação municipal via PIX, com uso de QR Code	R\$0,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- 8.2.** A instituição financeira interessada em aderir ao credenciamento, poderá optar pelos canais de atendimento de seu interesse, desde que sua proposta de preços não ultrapasse os valores indicados no item 8.1, sob pena de não credenciamento. **Poderá, ainda, ofertar proposta com preços menores aos indicados;**
- 8.3.** Os valores constantes no presente Termo de Referência foram definidos pela Secretaria Municipal de Finanças, após pesquisa de preços realizada;
- 8.4.** Em caso de prorrogação de contrato, os preços serão reajustados a cada período de 12 (doze) meses pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar;
- 8.5.** As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de dotações próprias da Secretaria Municipal de Finanças.

9. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 9.1.** A prestação de serviços de arrecadação será acompanhada e fiscalizada por 02 (dois) servidores da Secretaria Municipal de Finanças, sendo um servidor fiscal titular e outro fiscal suplente, indicados no contrato;
- 9.2.** A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da instituição credenciada por qualquer inconsistência.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1.** O Município poderá determinar a qualquer momento, mediante prévia comunicação às instituições credenciadas, a realização de inspeções e levantamentos, inclusive nas agências integrantes da rede arrecadadora, para certificação dos procedimentos de processamento e repasse dos recursos arrecadados;
- 10.2.** A instituição credenciada declara conhecer que, conforme norma legal vigente, é proibido o fornecimento a terceiros de qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução do Contrato. Em consequência, se obriga a realizar todos os atos necessários para manter reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes;
- 10.3.** A instituição credenciada assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento de suas obrigações;
- 10.4.** Caso a instituição credenciada não repasse o valor dos pagamentos realizados pelos contribuintes e/ou devedores, assumirá a responsabilidade pelo valor total não repassado, inclusive seus acréscimos legais;

11. DOS PRAZOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

- 11.1.** O contrato será de 12 meses e terá vigência a contar de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, mediante interesse ou necessidade da Administração.

12. DAS PENALIDADES

- 12.1.** A Contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a prestação dos serviços, sujeitando-se às penalidades constantes nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a saber:
- a.** ADVERTÊNCIA, nos casos de pequenos descumprimentos do Termo de Referência, que não gerem prejuízo para a Prefeitura;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- b. **MULTA POR MORA** – 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitado a 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parcela em atraso nos casos de descumprimento do prazo para entrega do(s) produto(s) ou descumprimento do prazo estabelecido no subitem X do item 6, que será calculada pela fórmula $M=0,0033 \times C \times D$. (Tendo como correspondente: M= valor da multa, C=valor da obrigação e D=número de dias em atraso);
 - c. **MULTA DE INADIMPLEMENTO** – 2,0% (dois por cento), incidente sobre o valor global da contratação, pelo atraso superior a 30(trinta) dias ou recusa em fornecer o(s) produto(s), aplicada cumulativamente com a multa estabelecida no item anterior) **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a Prefeitura Municipal de São Mateus (ES) por um período de até 2(dois) anos, nos casos de recusa de fornecer o(s) produto(s);
 - d. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou omissão de declaração falsa, por um período de até 2(dois) anos;
- 12.2.** Da aplicação de penalidade caberá recurso, conforme disposto no art.109 da Lei nº 8.666/1993;
- 12.3.** As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Administração após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;
- 12.4.** A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- 12.5.** O prazo para apresentação da defesa prévia será de 05(cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra da contagem do prazo estabelecida no art.110 da Lei nº 8.666/1993;
- 12.6.** A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade compete exclusivamente ao Prefeito, facultada a defesa do interesse no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 13.1.** A instituição contratada se beneficiará das tarifas bancárias cobradas pela arrecadação dos DAM (s) – Documento de Arrecadação Municipal pelos valores indicados no Contrato, através de crédito em conta bancária informada pelo arrecadador, pelo sistema eletrônico de Ordens Bancárias utilizado pelo Município de São Mateus e mediante a devida formalização do processo administrativo, que deverá ser mensalmente contabilizado através de empenhos ordinários.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1.** As despesas decorrentes da contratação serão custeadas na seguinte dotação orçamentária:

- **006010 – Secretaria Municipal de Finanças**
- **04 – Administração**
- **123 – Administração Financeira**
- **0095 – Apoio Administrativo – Sec. Finanças**
- **2.001 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria**
- **33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS Estado do Espírito Santo

- 1000000 – Recursos Ordinários
- Ficha – 0000053

15. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Subsecretária de Planejamento, Captação de Recursos e Desenvolvimento Econômico e autorizado pelo Secretário de Finanças.

São Mateus (ES), xx de xxxxx de 2021.

Maria da Conceição Deodoro dos Santos

Subsecretária de Planejamento, Captação de Recursos e Desenvolvimento Econômico

Francisco Pereira Pinto
Secretário de Finanças